

ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS QUE SUBSISTEM DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ASSENTAMENTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Ewerton C. da Silva¹, Allison F. de Lima², Bruno V. S. de Araújo³, Keverson A. Soares⁴, Weverson A. da Silva⁵, Carmem S. P. de Oliveira⁶

1. Estudante de Pós-graduação em Aquicultura, bolsista CNPq do Departamento de Aquicultura, UFSC, Florianópolis/SC; *calixtoewerton@hotmail.com
2. Estudante de graduação em Zootecnia, bolsista PIVIC do Departamento de Ciências Animais – UFERSA
3. Estudante de graduação em Medicina Veterinária, bolsista PROEXT e PIVIC do Departamento de Ciências Animais – UFERSA
4. Estudante de graduação em Engenharia Florestal – UFERSA
5. Estudante de graduação em Agronomia – UFERSA
6. Estudante de Pós-graduação em Aquicultura, bolsista CNPq do Departamento de Aquicultura, UFSC, Florianópolis/SC – Orientadora

Introdução

Desde o início de sua implantação até os dias atuais a educação de jovens e adultos (EJA), sempre compreendeu um conjunto muito diverso de processos e práticas formais e informais relacionadas à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos, de competências técnicas e profissionais ou de habilidades socioculturais. A temática da educação no campo, nos últimos tempos, tem se consolidado. Todavia, a despeito das conquistas do movimento da educação no campo ainda se faz incipiente, de modo que existe a necessidade de suprir uma lacuna teórica ainda existente na produção acadêmica atual sobre a Educação do Campo. Dentro dessa perspectiva, a presente pesquisa teve como objetivo evidenciar o nível de escolaridade de jovens e adultos, responsáveis pelos núcleos familiares de dois diferentes assentamentos do município de Mossoró-RN (Hipólito e Quixaba) que sobrevivem da agricultura familiar.

Resultados e Discussão

Foram aplicados questionários investigativos acerca da idade, sexo e nível de escolaridade mantendo, assim, sua identidade preservada. No que concerne à seleção dos avaliados, essa ocorreu através de visitas a suas residências, onde se entrevistava preferencialmente o responsável pela unidade familiar, quando em sua ausência, a pesquisa acontecia com alguém que o substituísse hierarquicamente. O levantamento dos dados ocorreu em 2015, com 23 chefes de famílias. Ao final, os dados foram tabulados e expressos estatisticamente de forma descritiva em média e porcentagem. Dos 23 assentados entrevistados 65,22% eram do sexo masculino e 34,78% do sexo feminino. A idade dos entrevistados variou de 21 a 63 anos, sendo que 13,04% encontram-se na faixa etária entre 21 a 30 anos; 21,73% encontram-se entre 41 a 50 anos e 13,07% apresentam idade superior a 61 anos. As faixas etárias entre 31 a 40 e 51 a 60 anos destacam-se apresentando, 26,08%, cada uma. No que se refere à escolaridade, 39,13% são analfabetos, seguidos de 43,48% que possuem ensino fundamental e apenas 17,39% com ensino médio completo. Nenhum dos entrevistados possui ou cursa ensino superior. Essa realidade se deve ao fato de que os esforços para a alfabetização de adultos são recentes e crianças tendem a abandonar a escola devido à falta dessas instituições de

ensino para continuar os estudos após o primário, assim como sua distância aos locais de moradia, atrelado a falta de transporte ou seu tempo até as escolas. Outro fator de destaque em meio a esse contexto é o abandono escolar com o intuito de começar a trabalhar, seja na lavoura ou migrando para os grandes centros urbanos, o que pode não ser compensador, já que essas pessoas não possuíram o grau adequado de escolaridade. A descontinuidade da escolaridade está associada tanto a necessidade de produção de renda e inserção no mundo do trabalho quanto ao fracasso escolar, fator cada vez mais presente na escolarização básica brasileira.

Conclusões

Diante do exposto, concluímos que os responsáveis pelos núcleos familiares nos diferentes assentamentos avaliados, apresentam baixa escolaridade e que carecem de incentivo por meio de políticas públicas para que voltem à escola e garantam seu direito a educação.

Palavras-chave

Campo, Educação, Família.

Referências

- BITTENCOURT, A. G. et al. (1998). "Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil". Disponível em: <http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=67>. Acesso em: 16 jul. 2015.
- BRASIL, Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006, Lei da Agricultura Familiar, Brasília, 2006.
- GRZYBOWSKI, L.M. Desenvolvimento rural: solução simples para problemas complexos. Texto para Debate, nº 33, Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991.
- MEIRELLES, L. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v. 1, p. 11-14, 2004.
- PORTUGAL, A D. O desafio da agricultura familiar. [S.I.], 2004. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>>. Acesso em: 16 jul. 2014.
- SALES, D.P. et al. Diversificação da Renda da Agricultura Familiar do Território dos Lençóis Maranhense/Munim. 2012. In: IV SIMPÓSIO BRASILEIRO DE AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL. 4. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.simbras-as.com.br/trabalhosCientificos/arquivo7>>. Acesso em: 18 jul. 2015.